



O fim dos municípios

JOSÉ CARLOS ALVES FREITAS

A Reforma e a Legislação Tributária foram temas da instalação do Fórum de Secretários de Finanças dos Municípios do Espírito Santo, realizado em março de 2001, em Vila Velha. Na época, palestraram no evento o tributarista Ozires Lopes Filho e o economista José Teófilo de Oliveira.

Dois anos transcorreram e, por total desinteresse do Governo federal anterior, o projeto da reforma continua parado no Congresso. Agora o assunto volta à pauta política como prioridade do novo Governo. Por falta de um sistema tributário mais justo, em consonância com o princípio federativo, a União concentra grande parte da arrecadação tributária, enquanto aos municípios resta a menor fatia, apesar de terem assumido significativa parcela de encargos após a promulgação da Constituição de 1988, e de estarem sujeitos a constantes demandas sociais, em face da proximidade da administração com a população, o que torna cada vez mais difícil a gestão municipal.

No caso particular dos municípios capixabas, não obstante o considerável desempenho da economia do Estado, com índices de crescimento bem acima da média nacional, os benefícios para as finanças municipais foram totalmente neutralizados pela desastrosa política de administração tributária praticada pelo Governo anterior que, sem critérios e em total desrespeito às normas constitucionais que determinam a repartição das receitas tributárias, concedeu vários benefícios fiscais a contribuintes do ICMS, além de permitir descontos e o parcelamento de

dívidas em até 120 meses.

Para estancar essa sangria na receita estadual e evitar graves consequências para as finanças dos municípios, a Assembléia Legislativa acaba de aprovar o pacote tributário do Governo estadual. O fórum já se consolidou como importante instância de troca de experiências. Foi palco de proveitosas reflexões sobre temas que constituem a realidade e a agenda das administrações tributárias dos municípios. Serviu ainda de instrumento para expressar a indignação dos seus membros pelos prejuízos causados às finanças municipais pela política fiscal do Governo anterior.

Nesse momento, o desafio maior que se impõe é manter a trajetória de independência e equilíbrio e, ao mesmo tempo, construir uma agenda que tenha como foco principal da reforma tributária. O próximo fórum a se realizar no dia 4 de abril, na cidade de Linhares, já pode dar o primeiro passo nessa direção. O município não pode e não deve se contentar com o papel de coadju-

vante, sob o risco de ter sua competência tributária usurpada e, por consequência, reduzida sua participação no bolo das receitas públicas.

Se nas condições atuais a situação já é difícil, como não será no caso de perda de autonomia tributária e de receita? A resposta só pode ser uma: o fim do município como célula base do sistema federativo brasileiro.

O fórum já se consolidou como instância de troca de experiências

JOSÉ CARLOS ALVES FREITAS é secretário de Finanças do Município de Vila Velha e coordenador do Fórum dos Secretários Municipais de Finanças do Espírito Santo